



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

---

## **A INFORMAÇÃO NA CONSTRUÇÃO CIDADANIA ENTRE OS CALUNGAS<sup>1</sup>**

**Joãoomar Carvalho de Brito Neto**

**Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia**

**Universidade Federal de Goiás**

**Palavras-chave: informação, cidadania, calungas**

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP13 – Núcleo de Pesquisa Comunicação e Cultura das Minorias, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



## **I – INTRODUÇÃO**

Parece lógico imaginar uma estreita relação entre informação/comunicação e cidadania. A informação é entendida aqui como o conjunto dos diversos saberes da experiência humana, construídos no ambiente da família, das crenças, da escola e da sociedade. A cidadania, como sabemos, é dimensão política da participação dos cidadãos na vida comunitária e tem como fundamento a realização dos direitos humanos. Estes, no entanto, não são naturais, mas uma construção cultural e política, que se realiza na história. Neste processo, a informação cumpre papel essencial.

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre esta relação entre informação/comunicação e a construção da cidadania, a partir da experiência dos calungas, um grupo de camponeses negros do nordeste de Goiás. Eles estavam sendo apresentados, no início dos anos 80, como remanescentes de um quilombo, que teria sido constituído no século XVIII e estavam ameaçados de perderem suas terras por causa da construção de uma usina hidrelétrica programada pelo governo federal. Graças a esta condição, estes camponeses ganharam repentina visibilidade, que mobilizou a imprensa, os meios universitários e políticos e provocou a suspensão da execução da usina, no início dos anos 90.

Esta experiência dos calungas revela, primeiro a dimensão óbvia do uso da informação para a construção de uma consciência política. No caso dos calungas, o resultado desejado foi, no entanto, mais produto das pressões externas do que de sua consciência política, que se constrói noutro patamar. Em segundo lugar, a experiência mostra as implicações deste mesmo uso da informação, mas dissociado da dinâmica histórica, que trabalha com outra noção de tempo histórico. De toda maneira, esta experiência dos calungas é reveladora destes desafios de construção da cidadania em nosso país, principalmente se considerarmos que este processo ultrapassa o alcance da informação midiática e diz respeito à questão dos direitos fundamentais do homem. Este será o fio condutor das reflexões deste trabalho.

Parece óbvia a hipótese, segundo a qual o exercício da cidadania só se dá quando as pessoas se dão conta de que são o que são pela descoberta do que foram. E isto é determinante para a construção dos passos seguintes. A história revela que a democracia só se materializou em realidade política, quando a cidadania foi, antes de tudo, uma construção política e cultural das comunidades humanas. Fora desta percepção, a idéia de cidadania fica circunscrita ao formalismo jurídico-político, sem referência de vida concreta.

Assim, parece evidente constatar que os elementos básicos constitutivos da cidadania – moradia, educação, saúde, segurança, etc. - só podem ser alcançados quando for possível a cada pessoa o acesso às informações sobre si, sobre os outros e sobre a experiência humana em geral.



## II. OS CALUNGAS E A HISTÓRIA

Num auditório do centro de Goiânia (GO), transcorriam os debates do *Fala Calunga*, seminário promovido pelo Departamento de Comunicação, da Universidade Federal de Goiás. Era 25 de janeiro de 1990, o segundo dia dos debates e os calungas<sup>i</sup> permaneciam calados, num evento organizado exatamente para discutir os problemas da construção de uma barragem em suas terras.

De repente, Santino José dos Santos, um dos seus representantes, pede a palavra e começa a descrever os problemas centrais de sua comunidade, como a pressão dos fazendeiros e dos grileiros, a ausência da autoridade pública, principalmente pela falta de saúde e escola. E reivindicava a construção de estradas, para romper o isolamento daquelas famílias. Depois da fala do Santino, outros calungas perderam a timidez e falaram sobre diferentes aspectos de seus problemas, principalmente o temor do que poderia vir se a barragem fosse construída.

Estava aflorando o discurso da consciência da exploração. A revelação da descoberta de que poderia ter direitos e de que poderia contar com pessoas fora da comunidade de camponeses para resolver alguns dos seus problemas. Os calungas estavam começando a se sentirem em casa e descobriam que podiam falar o que quisessem. Este era o fenômeno que estávamos assistindo naquela manhã. Os calungas tinham, ali mesmo, recuperado a coragem para dizer que estavam sob ameaças de grileiros, de fazendeiros e, diante de autoridades públicas, estavam cobrando providências. Claro, este discurso era ainda produto de uma elaboração precária, porque a maioria daqueles moradores era de analfabetos.

Mas que são os calungas? O que chamava a atenção era o fato de estarem sendo apresentados como grupo social historicamente isolado da comunidade circunvizinha e isto tinha a ver com uma provável descendência quilombola<sup>ii</sup>. A idéia geral é que eles eram supostos descendentes diretos dos escravos que trabalharam nas minas de ouro de Goiás no século XVIII, que se mantiveram escondidos desde então, no que teria sido um antigo quilombo e que acabavam de ser "descobertos" em princípios dos anos 1980<sup>iii</sup>. Nada mais óbvio do que os calungas estarem despertando tão grande interesse.

Na realidade, não há evidências que comprovem, nem a “descoberta” em 1982, e tampouco um passado quilombola. Os chamados calungas já eram velhos conhecidos no nordeste goiano. O historiador Martiniano José da Silva lembra que muitas cidades da região são povoadas “quase exclusivamente por pretos”. E dez anos antes da “descoberta”, ele informava o seguinte:

*“Segundo o dr. Juracy Cordeiro, inteligente promotor de justiça, conhecedor daquela área, há por lá os chamados calungas, que já formaram a região do próprio nome, dizendo-se mesmo que se comunicam através de um dialeto ininteligível, especialmente quando encontrados num perímetro urbano, o que seria por certo ainda um remanescente da língua africana. (.....) Pois*



*bem, informa em seguida o dr. Juracy que os pretos calungas vivem seminus até aos 13 anos; que só andam em fila indiana, podendo-se dizer que são os mesmos que vivem enfurnados e anônimos no chamado “Vão das Almas”, em Cavalcante”<sup>iv</sup>.*

Uma atenta leitura da correspondência dos governadores, durante todo o período do ciclo do ouro (1726-1776), dá conta da existência dos principais quilombos na região na fase áurea deste período (1750/60), sendo o de Pilar o mais importante. Este quilombo foi tema constante das preocupações das autoridades da época, como revelam os relatórios enviados a Lisboa. É importante lembrar que, à medida em que se acentua a decadência da exploração de ouro, os quilombos começam a escassear e a desaparecer.

Uma das poucas pistas de existência de quilombos na região se encontra no relatório de Dom João Manoel de Melo: ele revela que, por volta de 1760, existiam alguns quilombos na região do rio Paranã, chegando a reunir cerca de 200 escravos fugitivos. Sobre eles não há informações sobre a organização social e política, a estrutura de sua economia ou mesmo sobre elementos da organização militar. No vale do Paranã, nenhum quilombo apresentou dimensões especiais, como as que estão sendo atribuídas aos *calungas*. É importante registrar que, naquela época, já estava em curso o processo de decadência da exploração mineira da província de Goiás, fragilizando sua economia.

*"Em Goiás, deixou-se de importar escravos a partir de 1775, pois a decadência em produção e produtividade das minas fazia com que os mineiros tivessem perdido todo crédito junto às companhias importadoras de escravos" <sup>v</sup>.*

A partir desta data, a história não mais registra a existência de quilombos em Goiás, embora a escravidão só viesse ser abolida mais de um século depois, em 1888. A partir daí, muitos negros - alforriados ou ainda na condição de escravos, mas em situação mais branda do que nos duros tempos da mineração - tocaram suas vidas, seguindo a tendência geral já verificada noutros setores da população da província: dispersaram-se pelas fazendas ou fixaram-se nos arredores dos pequenos aglomerados urbanos de então. Os proprietários ficavam nas fazendas e os negócios na área urbana eram administrados, em geral, por negros alforriados, com representação para tal.

A decadência da mineração provocou uma grande transformação, ao estabelecer novos parâmetros da atividade produtiva e das relações sociais. Empresários e escravos passaram a viver dentro de um quadro marcado, de um lado pela desgregação social e, de outro, pelo início de uma nova fase do desenvolvimento da região (agropecuária). Celso Furtado apresenta a seguinte explicação para este quadro.

*(.....) Muitos dos antigos empresários transformaram-se em simples faiscadores e com o tempo revertiam à simples economia de subsistência. Uns poucos decênios foi o suficiente para que se*



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*desarticulasse toda a economia da mineração, decaindo os núcleos urbanos e dispersando-se grande parte de seus elementos numa economia de subsistência, espalhados por uma vasta região em que eram difíceis as comunicações e isolando-se os pequenos grupos uns dos outros*<sup>1vi</sup> .

Isto explica porque, na província de Goiás, pequenos grupos de famílias negras, à medida que iam conseguindo espaços de liberdade, por concessão (liberalidade patronal) ou mesmo por compra da liberdade (alforria), iam se estabelecendo autonomamente nas várias regiões próximas das antigas minas de ouro, recompondo aos poucos antigas estruturas sócio-culturais, de que as práticas religiosas ou celebrações festivas constituem suas mais significativas expressões. Este processo teve início ainda na última quadra do século XVIII, com o declínio da exploração mineratória e o início de um duplo processo: o da dispersão populacional e o das diferentes vagas migratórias .

Estes moradores do vale do Paranã poderiam, certamente, ter se originado de um semelhante processo. Outros grupos sociais do interior do Brasil apresentam características sócio-culturais semelhanças, todos centrados na estrutura familiar e no isolamento físico determinado por muitos fatores, dentre eles a histórica ausência da ação do Estado. A dispersão generalizada, numa região periférica da sociedade brasileira, permitiu a estes grupos a manutenção de determinadas características sócio-ambientais, com base em pequenas estruturas familiares, embora não tenham podido assegurar a continuidade de determinadas práticas culturais, a não ser algumas manifestações religiosas ou festivas, já com sinais evidentes da influência da Igreja católica.

Parece lógico supor que, eliminadas as razões que provocavam e explicaram seu aparecimento, os quilombos tenham deixado de vez o panorama social da Província. Depoimentos colhidos recentemente, mais de duzentos e cinquenta anos após o fim da mineração em Goiás, correm o risco de serem apenas reconstruções simbólicas, produtos de outro tempo histórico ou de imputações oportunistas. Os calungas são, seguramente, resultado deste processo de estruturação econômica, de dispersão populacional e de exclusão. Os calungas não seriam descendentes de quilombo algum do século XVIII, mas da linhagem dos moradores que, a partir do final da exploração do ouro, foram se acomodando e se estabelecendo no vale do Paranã. Com o passar dos anos, outros contingentes populacionais foram se incorporando à vida da região, atraídos pelos estímulos determinados pela dinâmica da estruturação econômica que foi bafejando aquela esquecida região do Estado de Goiás. Juracy Batista Cordeiro tem uma explicação parecida sobre esta polêmica.

*"No caso de Arraias e Cavalcante, os escravos, primeiramente, em razão das fugas e, depois, em virtude da decadência do ciclo do ouro e da abolição da escravatura, infiltraram-se pelo 'Sertão do Governo', nome que se deu a uma região situada às margens do Rio Paranã, onde havia*



*grandes extensões de terras que, ainda não ocupadas pelos criadores da região, eram tidas como pertencentes ao governo" <sup>vii</sup>.*

Segundo o autor, esta população negra se espalhou por esta imensa região que compreende, hoje, os Estados de Goiás e do Tocantins, nos municípios de Arraias, Paranã, Monte Alegre de Goiás, Cavalcante e Teresina de Goiás.

*"Em verdade, aconteceu que, enquanto a maioria desses descendentes de escravos se empregou nas propriedades já constituídas, nas últimas décadas do século XIX, como vaqueiros, agregados, trabalhadores na pequena lavoura de subsistência, tornando-se muitos deles prósperos fazendeiros, uma parte considerável se aboletou (se instalou) em área mais distante e mais isolada, à beira do Rio Paranã, circundada por serras de grande altura, onde se formaram, como passar dos tempos, algumas povoações " <sup>viii</sup>.*

Na realidade, os chamados calungas guardam pouca coisa do que seria típico da cultura africana.

*"Chamados tradicionalmente de kalungueiros, por habitarem a região do Kalunga, conservaram eles poucos traços da cultura de seus ancestrais, já por demais misturada com outras culturas, formando aquilo que Artur Ramos chama de cultura afro-brasileira ou simplesmente cultura nacional" <sup>ix</sup>.*

O autor, em que pese revelar que os calungueiros mantiveram-se, durante muito tempo, arredios e isolados, dá conta de um intercâmbio constante destes camponeses negros com a comunidade circunvizinha, onde vendiam produtos agrícolas, e com a qual mantinha e mantém um rico calendário de festas religiosas.

*"Durante muitos anos, centenas de kalungueiros mantiveram uma vida arredia, 'enfundados' nas cercanias da Serra da Contenda, enquanto outros tantos trabalhavam nas fazendas situadas dentro da área hoje tombada (...) e região vizinha, mas os mais velhos, a partir de uma certa época, passaram a frequentar, não as cidades de São Domingos, Veadeiros (hoje Alto Paraiso) e terras da Bahia, como já se publicou, mas sim as cidades de Cavalcante, Arraias e Chapéu (hoje Monte Alegre de Goiás), onde iam vender farinha de mandioca, disputada pela população, em razão do asseio com que era preparada, principalmente pelos comerciantes desonestos que aproveitavam a ocasião para lhes 'empurrar' seus produtos com preços acrescidos" <sup>ix</sup>.*

Assim, o alegado isolamento dos calungas não poderia ser considerado absoluto e nem mesmo poderia ter algum caráter especial, numa região que, até o início da década de 1960, era toda ela isolada das demais regiões de Goiás por falta de estradas. O isolamento era mais produto de um contexto histórico, semelhante ao de algumas regiões interioranas do país, do que de uma atribuição histórica sobre seu suposto passado quilombola.



Este contexto foi alterado pelas crescentes intervenções do Estado na região. Na realidade, o isolamento físico da região havia sido quebrado, dentro do projeto *Marcha para o Oeste*, que visava ocupar os chamados espaços vazios do território nacional, no governo de José Ludovico de Almeida (1955-59). Ele iniciara a construção de um conjunto de estradas da chamada rede do norte, interligando as cidades de Veadeiros, Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, Arraias, Taquatinga, São Domingos. A implantação do Combinado Agro-Urbano no município de Arraias, durante o governo Mauro Borges (1961-64) significou a realização de um projeto agrícola, nos moldes dos *kibutzes* israelenses, que recolocava a mais pobre região na ordem econômica estadual. Nesta ordem, a construção de uma ponte sobre o rio Paranã (1963), consagrou definitivamente o projeto de integração da região ao centro de decisões do Estado (Goiânia) e do país, com a consolidação de Brasília, a partir de 1960<sup>xi</sup>.

A própria antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, autora da “descoberta” dos calungas, partilha este ponto de vista, quando avalia o contexto de vida desta “comunidade rural camponesa”.

*"O tempo tem duas marcas para a comunidade de Calunga - 1940 e 1960 (inauguração de Brasília). Anos que representam mudanças nem sempre agradáveis, haja vista a saída de pessoas, o que antes não ocorria. Calunga não representa uma região, como insere-se em um espaço maior que abriga outras comunidades, onde a maioria de seus habitantes são negros ou mestiços (cruzamento com índio, principalmente). Vão de Almas, Vão do Moleque, entre outras, são comunidades que compõe junto a Calunga um universo maior, e que, até pouco tempo, eram auto-suficientes e indepassáveis, preservando suas "festas": Santo Antônio (13/06), São José (24/06), São Sebastião (20/07), Romarias: d'Abadia (15/08), da Senhora do Livramento (15/09) e São Simão, em outubro"*<sup>xii</sup>.

O processo de mobilização social, determinado pela estruturação da economia, ajuda a explicar a incorporação de outros contingentes da população daquela região, vindos de vários estados. Isto não invalida o fato - este absolutamente verdadeiro - de que muitas famílias da região sejam descendentes de famílias de escravos do século XVIII, que viviam em áreas situadas ao longo da Serra Geral, nos estados de Goiás e do Tocantins, no sentido sul-norte. Os calungas são, pois, filhos da exclusão social produzida por este processo histórico, que abarcou todo o universo dos desprotegidos, desde o final do século XVIII. A dispersão populacional, responsável pela constituição de ‘ilhas demográficas’, persistiu até o final do período da ditadura militar (1964-85). A posterior incorporação destas áreas ao processo produtivo, seguidas por intervenções do Estado através, principalmente, de medidas no campo da saúde e da educação, fizeram com que se descobrissem bolsões de pobreza, principalmente na região do nordeste de Goiás, como o dos calungas<sup>xiii</sup>.



Foi, pois, este contexto especial que provocou o interesse da imprensa brasileira por aqueles moradores. Diante do iminente perigo, havia uma urgente necessidade de preservação daquele grupo. Era a forma segura de garantir a vida daquela gente simples e desamparada. Assim, a divulgação da existência daquelas pessoas e de suas precárias condições de vida e das ameaças de desaparecimento por conta de uma obra do governo federal que pairavam contra ela, ganhou força de denúncia<sup>xiv</sup>.

O pano de fundo deste processo de mobilização geral era clima político determinado por alguns fatores especiais. Além do fim da ditadura (1964-1985) e dos debates acalorados da Assembléia Nacional Constituinte (1987-88), comemorava-se também o centenário da abolição da escravatura (1888-1988). A anistia política, estabelecida em 1979, permitindo o retorno dos exilados e a reestruturação dos partidos políticos, restituiu à sociedade brasileira uma vontade de tudo refazer e recomeçar. O escoadouro desta vontade política nacional foi a Assembléia Nacional Constituinte, que estava redigindo o texto da nova constituição do país. Promulgada em 1988, ela consubstanciou grande parte destas novas demandas e aspirações especiais, que tinham a marca deste período de redemocratização. Entre as novas conquistas constitucionais estavam, por exemplo, o reconhecimento e a garantia de direitos das chamadas minorias, entre elas a dos grupos negros e dos índios. No caso dos negros, especificamente, uma das bandeiras de luta foi pela garantia do direito de propriedade aos remanescentes de quilombos que estivessem vivendo em suas terras dos seus antepassados diretos.

Foi a pressão dos meios acadêmicos e dos movimentos sociais que conseguiu impedir a construção da barragem hidrelétrica. Eles preponderaram sobre os fatores internos, que teriam sustentação numa mobilização da comunidade de negros, restrita às reclamações pessoais, sem peso político algum. Sua contribuição ficou por conta da repentina visibilidade alcançada por eles que, por sua vez, foi obra da pressão exógena. Sozinhos, eles teriam sucumbido ao imperativo econômico do desenvolvimento.

### III. INFORMAÇÃO E CIDADANIA

Uma denúncia de grilagem precipitou este processo de visibilização social das famílias *kalunga*, então conhecidas apenas como habitantes negros do Vale do Paranã. Em 1982, dona Domingas Moreira da Cunha, analfabeta, foi constrangida a "assinar", com seu polegar, documento em branco, "concordando" com a "venda" das terras, onde vivia desde que nascera, numa localidade situada ao pé da Serra da Contenda, no município de Monte Alegre. Era mais uma tentativa de grileiros de tomar terras de trabalhadores rurais. No entanto, a insatisfação de alguns familiares provocou a primeira denúncia pública contra a agressão em curso, marcou o início de uma reação, que se revelou decisiva para as demais famílias da região.



Era a primeira denúncia deste tipo e ela rompia um silêncio centenário em matéria de direitos. Historicamente, as populações do interior do país têm encontrado dificuldades, tanto em se reconhecerem como sujeitos de direito, como em propor denúncias, no caso de desrespeitos e constrangimentos. No entanto, a pronta resposta do governo do Estado, tomando providências que garantiriam, mais tarde, a regularização da posse das terras de toda a comunidade negra do município de Monte Alegre, foi o início de um processo de reconhecimento de direitos deste e de outros grupos de posseiros.

Este reconhecimento não seu deu sem problemas, uma vez que a questão da terra tem sempre suscitado controvérsias, em meio a uma onda recorrente de violências, principalmente no interior do país. Esta passagem à idéia de cidadania não se dava por um passe de mágica. O que parecia ser novidade era o aparentemente inesperado despertar desta consciência política entre eles. Na realidade, deixando de considerá-los apenas como grupo étnicamente isolado, mas como seres socialmente excluídos, era possível vê-los, como revelação de mais uma etapa no processo de emergência de uma nova idéia de cidadania que se iniciara, a rigor, ainda nos anos 1950, dentro de circunstâncias históricas bem precisas.

Aqueles moradores negros estavam, pois, diante de uma descoberta importante, a do mundo da política. Este novo universo, se lhes era novo quanto à forma e ao conteúdo, era, de fato, resultado de uma longa trajetória de construção de uma idéia de cidadania, por mais vaga que ela fosse. Como se sabe, no Brasil, os quilombos, entendidos como espaços de múltipla resistência, têm sido vistos de duas maneiras. Na historiografia oficial, eles são encarados como movimentos de simples rebeldia e tratados como casos de polícia. Na historiografia mais recente, eles são vistos como movimentos de contestação política e também de afirmação social. Como assinala Paulo Freire,

*"os rebeldes escravos (as) do século XVI não se rebelaram apenas para preservarem suas heranças africanas, mas lutaram também e bravamente, por mais de um século, contra a escravidão como sistema econômico-social do qual eram as maiores vítimas, quer tivessem consciência clara e crítica disso ou não"<sup>xv</sup>.*

O grande problema das populações da zona rural brasileira, ao lado do histórico isolamento físico até início dos anos 1960, foi o rotineiro desrespeito aos seus direitos básicos de cidadania, principalmente quanto ao acesso à educação, à saúde e à segurança. Eram cidadãos de segunda categoria. Assim, estes moradores do Vale do Paranhã experimentavam dupla dose de exclusão, tanto física, quanto política. A pressão de setores da sociedade circundante, em decorrência da valorização de suas terras, aliado ao clima político vivido, àquela época, pela sociedade brasileira, contribuíam para retirá-los do limbo social e



do esquecimento político. A denúncia, que precipitou este processo, jogou-os na arena política, embora ainda estivessem protegidos por pesquisadores, militantes sociais ou políticos, jornalistas, etc.<sup>138</sup>.

Desde os anos 1950, estas famílias do Vale do Paranã já eram visitadas, com certa frequência, pelos padres católicos que iam lá celebrar missa, officiar casamentos, batizados, ouvir confissões e fazer pregações. Um deles é o padre holandês, Beno Bakermans, que visita regularmente a região, desde 1958. Hoje, aos padres, religiosas e mascates, se juntaram os evangélicos, os mais novos atores sociais naquela região.

A longa trajetória destas famílias registra o encontro de sua história com circunstâncias positivas da contemporaneidade. Neste sentido, foi decisiva presença, no início dos anos 1960, dos agentes da antiga Sucam. Eles eram responsáveis pelo controle de moléstias ou epidemias, como a malária, a doença de chagas, a leishmaniose, através da coleta de sangue e do trabalho de borrifação de residências daqueles moradores. Mais do que proporcionar orientações de medicina preventiva, estes agentes foram responsáveis por um amplo processo de mudanças sócio-cultural daquelas famílias, seja pelo início da alfabetização para alguns e, também, para o despertar da cidadania básica muitos daqueles moradores.

Como autoridades informais, estes agentes contribuíram decisivamente para uma aproximação dos moradores com valores da sociedade circunvizinha. Até então arredios, estes moradores permaneceram longos anos escondidos nos vãos e sopés da Serra Geral. Poucos eram os que se aventuravam em heróicas e demoradas viagens às cidades vizinhas, para vender farinha de mandioca ou polvilho, produtos até hoje bem aceitos no comércio vizinho. Até então o conhecimento que se tinha deles era mais resultado de histórias fantasiosas do que de referências históricas confiáveis. As únicas localidades conhecidas dos moradores vizinhos eram as de Contenda e do Calunga (município de Monte Alegre) e do Vão de Almas e Vão do Moleque (município de Cavalcante), onde vivem dezenas destas famílias. Assim é 'calungueiro' tinha significado particularmente restrito(e pejorativo), até então, aos que habitavam aquela região do Kalunga (Tinguizal). Em 1982, quando começou a estudá-los, a professora Baiocchi assinalava que

*"muito pouco podemos dizer daquele povo. Mas pelas entrevistas que colhemos, achamos que eles estão na região há mais de cem anos e nesse período houve uma miscigenação de negros com índios. Sobre suas origens, elas representam uma incógnita até o presente momento, mas tanto pode ser um foco de resistência (quilombo), como pode ser que aquela comunidade seja proveniente de uma população que atuava nas minas da região e que, depois de desativadas, preferiram permanecer por lá mesmo"<sup>xvi</sup>.*

---

<sup>138</sup> Pinheiro, José Sebastião. **Negros do Calunga (final). Uma comunidade que se vê acuada ante as ameaças da civilização** (reportagem). Goiânia. O Popular - Caderno 2. 23 de agosto de 1983. Este jornalista fez as primeiras reportagens sobre esta comunidade (1982-1983).



A partir de 1983, Baiocchi passou a denominar de calunga todos aqueles moradores, não sem provocar reações contrárias, principalmente porque o termo kalungueiro tinha conotação pejorativa entre os habitantes das cidades vizinhas e entre eles próprios<sup>xvii</sup>. Foi nos anos 1950, pois, que se iniciou a grande mudança na vida destes moradores. A *Marcha para o Oeste*, como vimos, abriu Goiás às novas investidas do desenvolvimento econômico. Esta empobrecida região de Goiás foi contemplada com estradas, rompendo seu histórico isolamento físico. A construção de Brasília, no início dos anos 1960, consolidou definitivamente este processo.

Foi dentro deste contexto que estes agentes da Sucam adentraram o encantador Vale do Paranã para cuidar da saúde dos seus moradores. Nas primeiras incursões, no início dos anos 1960, eles ficavam até seis meses na região. Eles faziam, inicialmente, um reconhecimento geográfico da região, elaborando croquis das localidades a serem visitadas e ainda cadastrando as famílias encontradas. Eles faziam também a borrifação nas residências, em geral constituídas de ranchos de palha e pequenas casas de pau-a-pique. Hoje este trabalho prossegue na forma de campanhas anuais de vacinação e acompanhamento sistemático do quadro de saúde daquela população. Isoladas, muitas famílias se recusavam a receber estes agentes, permanecendo escondidas no mato, até que eles se retirassem da área. Estes agentes foram, pois, os primeiros responsáveis diretos pelo rompimento físico e cultural destas populações marginalizadas.

Foi a partir do trabalho destes agentes da Sucam, que aqueles moradores começaram a vivenciar um processo de aquisição das condições básicas para uma futura atuação dentro do universo formal da política. Passaram a trabalhar com categorias que, até então, lhes eram totalmente alheias. Das tradicionais e informais reuniões familiares, onde discutiam e resolviam pendências de suas vidas, eles passaram a outro universo, onde as reuniões, agora públicas e concorridas, eram os espaços mais adequados de proposição ou de decisão. Noutras palavras, eles estavam estabelecendo contato com o mundo da representação política, com a idéia de voto, de eleição, de representante político da comunidade, de poder, de pressão organizada, etc. Este aprendizado, evidentemente, tem sido lento, em função do problema estrutural do analfabetismo, que atinge a grande maioria dos moradores da região nordeste de Goiás.

A década de 1980 já registra a participação de alguns destes moradores na política da região. Alguns até mesmo estavam integrados à vida partidária, principalmente nos municípios de Cavalcante e em Terezina de Goiás. Nesta cidade, por exemplo, estes grupos negros conseguiram eleger representantes à Câmara de Veradores, num trabalho bem articulado com as várias famílias do Vale do Paranã, mas também com grupos de apoio nas áreas urbanas. Nos municípios de Cavalcante e Monte Alegre de Goiás, este mesmo processo também ocorreu, embora em menor escala.



Àquelas famílias negras calungas faltava até mesmo a condição primeira de cidadãos, pois não possuíam sequer documentos de identificação pessoal ou profissional. E por isso, estavam impedidos de formular as mais básicas reivindicações. Na prática, eles não existiam como cidadãos, jogados que estavam num redemoinho de injustiças estruturais: não frequentavam nem as páginas das estatísticas oficiais do país. Pior do que esta situação de não-cidadania, era o fato de que quase todas estas famílias negras serem analfabetas, configurando um quadro de completo desconhecimento do que eram e do que podiam ser. Faltava-lhes a informação (conhecimento) básica que lhes permitisse construir-se como sujeitos de sua própria história. O jurista Dalmo de Abreu Dallari lembra que

*"a simples declaração da existência dos direitos é insuficiente. Para que estes direitos tenham significação prática é preciso que as pessoas possam exercê-las"<sup>xviii</sup>.*

Dallari vai ao fundo da questão, ao visualizar a relação entre a aquisição de informação (conhecimento) e o exercício da cidadania (noção de direitos e deveres). Sem informação, a pessoa tende a se isolar, afunda-se no gueto social e se estabelece um criminoso ciclo vicioso: ela não se torna cidadã, porque não tem acesso à informação, um conhecimento básico que é construído, principalmente, pelo sistema educacional do qual, por sua vez, sempre esteve afastada. Sem educação, ela fica impedida de aceder ao espaço de exercício da cidadania, que é feito, principalmente, pela informação e o conhecimento de direitos e deveres sociais. Assim,

*"é preciso que as pessoas conheçam essas garantias e façam uso delas sempre que houver ofensa a um direito protegido por elas"<sup>xix</sup>.*

Os calungas tinham, certamente, um tipo de cidadania elementar, que se robustecia à medida em que melhorava a integração com as cidades circunvizinhas: esta experiência lhes permitia maior intercâmbio de informações, maior troca de conhecimentos sobre os outros e sobre si mesmas. Abriam seu pequeno e acanhado universo ao conhecimento do universo dos outros.

Este lento processo de construção da cidadania se deu, basicamente, pelo uso inteligente da informação que, de uma ou de outra instância, aquelas famílias recebiam: os calungas foram constituindo, ao longo do tempo, um novo repositório de saberes (informações). Estes saberes (informações) diziam respeito, agora, aos perigos de perderem as terras, onde viviam, por não terem a documentação exigida pela legislação. Diziam respeito igualmente aos perigos de, mesmo participando como personagens secundários das obras de construção de qualquer hidrelétrica na região (ajudantes de obra, etc.), eles perderem seu referencial de vida, pelo inevitável deslocamento espacial, caso a hidrelétrica fosse construída. Eles estavam diante de novos desafios, que se mostravam maiores que sua capacidade de



assumi-los isoladamente. Como lembra Paulo Freire, a informação é conhecimento, que é tarefa exclusiva de pessoas conscientes:

*"conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer", pois "o homem é un ser da "praxis", da ação e da reflexão"<sup>xx</sup>.*

Assim, a informação pode tornar o indivíduo um ser crítico e ainda fazer desabrochar o cidadão, pelo processo de conscientização.

*"A conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo. Exigem que os homens criem sua existência com um material que a vida lhes oferece"<sup>xxi</sup>.*

Estes saberes (informações) abarcavam, por isso, aspectos mais profundos de sua realidade e, principalmente, do imaginário daquelas famílias, como grupo humano duplamente discriminado, por ser pobre e por ser negro. A informação sobre a maneira como a escravidão contribuiu para inviabilizar seu projeto de cidadania iria obrigá-las a redescobrir, repensar e a encarar de frente a história da escravidão e ainda a história da outra exclusão, a de natureza social e política, que nasceu do mesmo ventre, de onde igualmente brotou a primeira.

A idéia de cidadania, porém, precisa ser repensada à luz de outras experiências de exclusão, que possibilitaram a emergência de uma consciência de deveres e direitos. No entanto, é a idéia de exclusão, que, em última instância, vai provocar algumas iniciativas de inserção, precipitadas principalmente pela demanda dos serviços básicos da cidadania nas regiões onde vivem, como o acesso à educação (pela instalação de escolas), à saúde (pela instalação de postos médicos), à habitação (pela regularização de suas terras ou pela denúncia de práticas de violência por questões fundiárias) ou ainda por projetos de desenvolvimento (garantia de renda e poupança).

Assim, fica evidente que a informação, principalmente sobre direitos, ganha importância central para fazer desabrochar o processo de construção da cidadania. A questão dos direitos é central neste ponto. Isto significa que se trata de uma construção humana, que se realiza na história e no tempo. O estudo dos movimentos sociais é que vai revelar, na história, o indivíduo se transformando em cidadão, pelo desenvolvimento da consciência política e pela edificação de um espaço público, onde a democracia aflora e ganha consistência. Isto se dá pelo acesso às diversas formas de informação, que vão permitir a estruturação do conhecimento. Este, por sua vez, irá jogar papel decisivo na construção da cidadania, elemento básico na institucionalização e da garantia da democracia. Este ponto de vista é partilhado por Kátia de Carvalho, que aponta para o cerne da questão, que é o acesso à informação:



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação  
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

*"o exercício da cidadania deve ser estudado sem esquecer os problemas que envolvem o uso e acesso à informação....o acesso adequado à informação é condição básica para o funcionamento de uma política democrática que favoreça os direitos do cidadão. A democracia estabelece, como elemento básico para a existência de uma sociedade, o princípio de participação igualitária, tanto no que tange ao direito à propriedade, como na esfera de representação política"<sup>xxii</sup>.*

#### IV. CONCLUSÃO

O sociólogo Herbert de Souza, Betinho, conseguiu com que a sociedade brasileira visse na cidadania não somente um estatuto de direitos e deveres, mas um personagem que sempre esteve ausente da vida brasileira. Um personagem, cuja ausência histórica sempre foi sentida pela maioria da população brasileira. O Brasil começou a superar e a vencer, com as campanhas de Betinho, o receio do povo de encontrar-se com este personagem, cujo rosto foi esculpido pela elite, em forma de exclusão recorrente que, infelizmente, marca a sociedade brasileira. Betinho explica que

*"...a luta pela cidadania não é linear. Trata-se de um processo gradual em que o cidadão vai reconquistando certos direitos. Muitas vezes, ele recupera apenas em tese e só depois exerce. Por exemplo, se todo brasileiro exercesse o direito de voto, mas votasse consciente, uma única eleição poderia revolucionar esse país. O voto é a arma mais poderosa. Mas, para votar, o cidadão precisa ter consciência do que é política"<sup>xxiii</sup>.*

Betinho mostra o caminho das pedras, pela relação entre acesso à informação e a formação política. É o espaço da construção da cidadania. Segundo ele,

*"a consciência política vem com a formação política. E a formação política depende, entre outras coisas, da existência de meios de comunicação de massa democráticos, abertos, permeáveis à informação"<sup>xxiv</sup>.*

Assim, a questão da informação, como pressuposto básico do exercício da cidadania, ganha contornos de inadiável desafio político em países, como o Brasil, que ainda experimentam problemas decorrentes dos desajustes estruturais em sua economia, em seu sistema social e, principalmente, em seu sistema político.

A constituição brasileira, promulgada em 1988, assegura o direito da informação e ainda prevê a existência de um Conselho Nacional de Comunicação, que cuidaria da formulação, da regulamentação e da fiscalização de toda política de concessão de emissoras de rádio e televisão no país. No entanto, este conselho ainda não foi regulamentado, por falta de vontade do executivo e do legislativo. José Marques de



Melo, numa análise da situação da imprensa brasileira antes da ditadura (1964-85), que continua válida para a conjuntura atual lembra que

*“na prática, o direito de informar e de ser informado permanece como privilégio da burguesia, detentora do capital, imprescindível à operação de um canal de comunicação pública, ou de instituições sociais, como, por exemplo, a Igreja Católica, cuja postura de alinhamento com a classe dominante (fase pré-conciliar) e cuja solidez econômica (posse de bens e capitais) possibilitou a manutenção de atividades específicas neste campo. Permanecem à margem do sistema brasileiro de comunicação as demais instituições da sociedade civil, como os sindicatos, os partidos políticos, as associações profissionais, os movimentos culturais, organizações étnicas, sexuais ou religiosas”<sup>xxv</sup>.*

No Brasil, a consolidação da democracia passa pelo acerto que se fizer o uso da informação. Vai ser preciso um mergulho na alma do povo brasileiro, de que os *calungas*, constituem um exemplo a ser considerado. Não se trata da questão de restituir coisa alguma ao povo que, no Brasil, nunca teve muita coisa, exceto a esperança de dias melhores. O desafio é da construção de um sistema político democrático a partir da sociedade. A nosso ver, ganha grande relevância a questão do acesso à informação, mas não somente pela sua dimensão midiática, mas a informação/conhecimento que se constrói a partir do universo familiar, escola, mas também de outras formas de mediação social ou política. Esta se constitui, pelo caráter educador, um grande instrumento de superação da chamada pobreza política. Pedro Demo fala, a propósito, de

*“duas formas de ignorância no desprivilegiado: aquela inconsciente – o pobre sequer consegue saber e é coibido de saber que é pobre; aquela imposta – o pobre é coibido de poder lutar, num processo de obstaculização sistemática das oportunidades. Não se trata, assim, de ignorância cultural, que a pedagogia facilmente mostra inexistir, já que todos somos dotados histórica e culturalmente de saberes localizados, patrimônios comuns, mundos permutados de vida. Trata-se da ignorância histórica e culturalmente produzida para fins de submissão de maiorias. O privilegiado também é ignorante, no sentido de que passa por cima ou destrói a consciência crítica dos outros, repassando a idéia de que se trata de mérito, não de privilégio”<sup>xxvi</sup>.*

A formação política, segundo Betinho, tanto deve estar relacionada ao acesso dos meios de comunicação, quanto a outras formas de rompimento de estruturas, responsáveis pela manutenção da ignorância política, de que fala Demo. Começaram a olhar em volta e perceberam um Brasil feito de negros e pobres. Estavam, ao descobrirem um problema estrutural, construindo um grande desafio: todos estavam tomando consciência de que isto não era normal, que era injusto e que só eles poderiam mudar



este quadro. A lenta construção deste tipo de consciência política não produzia, entretanto, reações espetaculares da parte deles.

Eles se descobriram excluídos da vida brasileira por não possuírem documentos pessoais, mas descobriram que indo à escola, pedindo e recebendo assistência médica e que, lutando e buscando parcerias, eles poderiam até mesmo conquistar a terra onde viviam e nela implantar escolas e postos de saúde. Eles podiam mudar todo o jogo a seu favor. Podiam se tornar cidadãos, finalmente. É evidente que aquele grupo ainda está longe de uma conscientização adequada, que lhes permita, por exemplo, avançar qualitativamente no rumo de uma desejada cidadania. Isto porque, na concepção de Paulo Freire,

*"a conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é, neste sentido, um teste de realidade"*<sup>xxvii</sup>.

Parece evidente que esta era a perspectiva que se abria aos calungas, quando eles ainda davam os primeiros passos de uma relação mais intensa em busca de uma inserção mais consistente na sociedade nacional. Os desafios não eram poucos, como vimos demonstrando até agora.

## V. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

<sup>i</sup> Os calungas vivem no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga, criado em 1991, compreendendo uma área situada nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás, que fica na região nordeste de Goiás, a mais de 600 km de Goiânia.

<sup>ii</sup> Pinheiro, José Sebastião, **Mari Baiocchi: há doze anos estudando os negros de Goiás** (entrevista), Goiânia, *O Popular*, 31 de agosto de 1982., p. 26. A antropóloga informa que "sobre as suas origens, elas representam uma incógnita até o presente momento, tanto pode ser um foco de resistência (quilombo), como pode ser que aquela comunidade seja proveniente de uma população que atuava nas minas da região e que, depois de desativadas, preferiram permanecer por lá mesmo".

<sup>iii</sup> Baiocchi, Mari de Nasaré, **Calunga: universo cultural**, Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Goiás, Goiânia, V. no. 11, jan.1986: "dizem sermos nós - o grupo de pesquisa - os primeiros estranhos a chegar lá "(06/1982). pg.75.

<sup>iv</sup> Silva, Martiniano J. **Sombra dos Quilombos**. Goiânia. Ed. Barnao de Itararé, 1974. p. 78.

<sup>v</sup> Palacín, Luís e Moraes, Maria Augusta Sant'anna. **História de Goiás**. 6ª. edição. Goiânia. UCG Editora, 1994, p. 31.

<sup>vi</sup> Furtado, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 24ª. edição. São Paulo. Cia. Editora Nacional. 1991. p. 85.

<sup>vii</sup> Cordeiro, Juracy Batista. **Tutela do patrimônio histórico-cultural**. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Direito Agrário, da Faculdade de Direito, da Universidade Federal de Goiás. Goiânia. 1995. P. 72.

<sup>viii</sup> Idem, *ibid.*, p. 72-73.

<sup>ix</sup> Idem, *ibid.*, p. 73.

<sup>x</sup> Idem, *ibid.*, p. 74.

<sup>xi</sup> Doles, Dalísia Elizabeth Martins (org.). **Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região**. Goiânia. Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de Goiás.1995. p. 33, 34.

<sup>xii</sup> Baiocchi, Mari de Nasaré., op. cit., p. 75-76, 78.

<sup>xiii</sup> Brito Neto, Joãomar Carvalho. **Informação e cidadania, a nova configuração da democracia**. *Comunicação & Informação*., Goiânia, vol. 2, n. 2., p. 229-242, jul./dez. 1999.

<sup>xiv</sup> A antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi encampou a denúncia feita pelos estudantes, já falando de um possível genocídio contra aquelas famílias.



- <sup>xv</sup> Freire, Paulo. **Pedagogia da Esperança. Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993. Nota n° 41, p. 235.
- <sup>xvi</sup> Pinheiro, José Sebastião, op., cit.
- <sup>xvii</sup> Assis, José Renato. **Calunga. Essa gente nunca viu um automóvel. E mora em Goiás**. Goiânia. *Diário da Manhã*. DM Revista. 07 de julho de 1983. A bióloga Maria Martinelli, em entrevistada nesta edição do jornal, "assegura que os negros da Contenda não gostam de ser chamados calungueiros, por julgarem este termo pejorativo".
- <sup>xviii</sup> Dallari, Dalmo de Abreu, **O que são direitos da pessoa**, São Paulo, Brasiliense, 1981. p. 59.
- <sup>xix</sup> Idem, ibidem, op. cit. p. 62.
- <sup>xx</sup> Freire, Paulo. **Extensão ou comunicação?**. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1985. pp. 27-28.
- <sup>xxi</sup> Freire, Paulo, op. cit. p. 26. citando texto do autor no seminário **Conscientização e Alfabetização de Adultos**", realizado em Roma, 17-19 de abril de 1970.
- <sup>xxii</sup> Carvalho, Kátia de, **CIDADANIA: direito à informação e à comunicação**, Rio de Janeiro, Revista Tempo Brasileiro, no. 103/110, jan-mar., 1990.
- <sup>xxiii</sup> Souza, Herbert de, e Rodrigues, Carla, **Ética**, São Paulo, Moderna, 1994, p.46.
- <sup>xxiv</sup> Idem, ibidem, p. 46.
- <sup>xxv</sup> Marques de Melo, José. **Comunicação: direito à informação e à comunicação**. São Paulo, Papirus, 1986. P. 29.
- <sup>xxvi</sup> Demo, Pedro. **Educação & Conhecimento: relação necessária, insuficiente e controversa**. Peterópolis, Vozes, 2000. P. 22.
- <sup>xxvii</sup> Freire, Paulo, op. cit. p.26.